

CRISE DA ESCOLA NO BRASIL: NEOLIBERALISMO ESCOLAR E MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NA CONJUNTURA PÓS-GOLPE JURÍDICO-PARLAMENTAR DE 2016.¹

John Weyne Maia Vasconcelos².

RESUMO

Este artigo tem como objetivo refletir, através do materialismo dialético, sobre o processo definido por Sousa Jr (2014) de *crise da escola* na conjuntura do pós-golpe de 2016 orquestrada contra a presidenta Dilma Rousseff. Analisaremos as contraofensivas conservadoras que impõem cada vez mais, para a educação pública, seu ideário neoliberal dentro de uma *crise regressiva-destrutiva do capital*, cumprindo a lógica burguesa através de um projeto neoliberal para a educação e a mercantilização dos serviços públicos educacionais brasileiros.

Palavras-chaves: Crise da escola; neoliberalismo escolar; mercantilização.

SCHOOL CRISIS IN BRAZIL: SCHOOL NEOLIBERALISM AND COMMODIFICATION OF PUBLIC EDUCATION IN THE POST-LEGAL PARLIAMENTARY COUP CONJUNCTURE OF 2016

ABSTRACT

This article aims to reflect through dialectical materialism about the process defined by Sousa Jr (2014) of school crisis in the conjuncture of the post-coup 2016 orchestrated against the president Dilma Rousseff. We will analyze the conservative counter-offensive that imposes increasingly to public education its neoliberal ideology within a regressive-destructive crisis of capital that imposes increasingly the bourgeois logic through a neoliberal project for education and the commodification of Brazilian public educational services.

Keywords: School crisis; school neo-liberalism; mercantilization.

¹ Fruto de uma pesquisa para a dissertação na PPGE – UFC, sob o título: CRISE DA ESCOLA CEARENSE: A atuação de aparelhos privados hegemônicos da burguesia nas políticas pública do Estado.

² Mestrando em educação brasileira pela Universidade Federal do Ceará na linha Trabalho e Educação. Professo da rede municipal de Fortaleza desde de 2016. Diretor executivo de saúde do trabalho pelo Sindicato dos Trabalhadores de Educação de Fortaleza – SINDIUTE. Contato: john_weyne@hotmail.com

Introdução

Para Netto (2012), caracteriza-se como neoliberalismo (ou neoclássico) como sendo um modelo econômico, social e político de retorno aos clássicos do século XIX, como Adam Smith, David Ricard³. Situado, historicamente, nos finais da década de 70 e início da década de 80, tendo como “laboratório” de implementação, a nível mundial, o Chile. Como maiores expressões no plano político, destacaram-se figuras como a de Margaret Thatcher, na Inglaterra e Ronald Reagan, nos Estados Unidos.

Em linhas gerais o neoliberalismo econômico consiste, em especial, na negação das doutrinas keynesianas, ou seja, na crítica à intervenção mais participativa por parte do Estado na economia e na sociedade, e assim, como pensamento econômico-social, retornar ao modelo liberal-clássico do século XIX de aceitação das doutrinas de *laissez-faire*. (NETTO, 2012, p. 76-78).

De acordo com o professor José Paulo Netto, o neoliberalismo nasce diretamente sobre 2 aspectos principais. Em primeiro lugar, e este é o mais hegemônico na academia, o neoliberalismo nasce como uma aplicação teórica de John Maynard Keynes (1883 -1946) em controlar o “anarquismo” do capitalismo, sem adotar o modelo planificado soviético. (Ibidem).

O que o professor Paulo Netto adiciona é que, em grande medida, a adoção de um estado-de-bem-estar social é aplicada nos centros do capitalismo avançado como forma de contrapor o processo civilizatório em que o socialismo europeu, mesmo com todas as suas contradições internas, muito delas, resquícios das bases materiais anteriores ao processo revolucionário. (ibdem, p. 80).

A revolução Russa de 1917 provocou um crescimento econômico-social nunca vivenciado na história, um país que até 1905 tinha característica semifeudais e em 40 anos de revolução tornou-se a segunda maior potência econômica e industrial, disputando diretamente as fronteiras tecnológicas em diversas áreas como a espacial e a indústria bélica, sem falar do aumento exponencial da qualidade de vida da classe trabalhadora soviética.

Para Netto (2016) isso teve papel decisivo nas políticas da economia burguesa. O autor afirma que a classe dirigente ocidental necessitou entregar certos padrões civilizatórios para a classe trabalhadora ocidental. Para o autor, às revoluções

³Ver em: NETTO, José Paulo. Crise do socialismo e ofensiva neoliberal, - 5. ed - São Paulo: Cortez 2012.

socialistas deflagradas no início do século XX até a metade deste século, tendo a Revolução Chinesa como o ápice, fez com que a burguesia adotasse medidas de contraposição ao socialismo em seu próprio território (ibidem, p 82-86).

A derrocada do socialismo real na União Soviética e dos seus satélites de influência contribuíram, conforme o referido professor, para a popularização das políticas neoliberais na sociedade. Basta lembrar a famosa frase de Margaret Thatcher, repetida diversas vezes “*there is no alternative*” sintetizando que não haveria alternativa para além do capitalismo e que é através do “liberalismo ortodoxo” que a humanidade deve caminhar.

Para Netto, a “derrocada de um padrão societário que identificou sumariamente a socialização com estatização, que colonizou a sociedade civil mediante a hipertrofia de Estado (...) terminou por ser *decepcionante* em face das promessas do socialismo revolucionário.” (2012, p. 78).

É certo que a crise do *Welfare States* explica o fracasso do único ordenamento sociometabólico na ordem do capital, que visou expressamente compatibilizar a dinâmica da acumulação com a garantia de direitos sociais mínimos e como ressalva, quase restrito aos países centrais do capitalismo, com isso, a justificativa de ações econômicas e sociais mais “austeras” se justificavam para os intelectuais orgânicos burgueses.

Para Mészáros (2011), o surgimento do neoliberalismo responde a um processo mais amplo, segundo o filósofo húngaro o processo denominado como neoliberalismo faz parte de etapa histórica da própria ordem metabólica do capital, demonstrando que chegamos em um momento histórico onde os limites da ordem sociometabólica do capital não consegue mais responder as suas próprias premissas de valorização.

Os desafios do tempo histórico atual, segundo Mészáros, não cabem uma luta dos trabalhadores em recriar um novo tipo keynesianismo como forma de contrapor ao neoliberalismo, por mais que este projeto tenha elevado a qualidade de vida para a classe trabalhadora. Seu projeto mostrou-se incompatível como a própria lógica do capital. Para o professor, a crise das políticas de bem-estar social é um sintoma e não a causa, ocasionada por uma *crise regressiva-destrutiva da própria ordem do capital*.

Retornando ao debate sobre a definição do neoliberalismo, para seus adeptos, cabe somente às “leis dos mercados” o papel de regulador, criador e incentivador de todos os aspectos da vida humana (saúde, educação, assistência social) na

sociedade. Assim, o neoliberalismo antes de comportar-se como uma ideologia, ele se configura como uma racionalidade⁴. O pensamento neoliberal tem como característica principal a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como o único modelo de subjetivação. (LAVAL, 2016)

Logo, “o neoliberalismo pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modelo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência”⁵. O retorno de uma perspectiva de que, através da concorrência em que as dinâmicas sociais são orquestradas é parte fundamental na perspectiva neoliberal de sociedade.

Neoliberalismo escolar no contexto da crise pós-golpe de 2016.

Na educação, esta lógica concorrencial torna-se parte fundamental das políticas públicas educacionais. Para alguns autores como Freitas (2016), esta tendência das classes dominantes é incorporada e aplicada na educação como forma de dar respostas a “ineficiência do Estado” e da “ação individual” como mecanismo de melhora e aprimoramento da escola na sociedade.

O neoliberalismo olha para a educação a partir de sua concepção de sociedade baseada em um livre mercado cuja própria lógica produz o avanço social com qualidade, depurando a ineficiência através da concorrência. Segundo essa visão, a generalização desta concepção para todas as atividades do Estado produzirá uma sociedade melhor. (FREITAS, 2016, p. 31).

O autor afirma que este fenômeno não é recente no Brasil, observando que já na década de 90, de forma ainda tímida com Fernando Collor de Mello (1990-1992) e, posteriormente, de forma mais madura com a coalizão de centro-direita de Itamar Franco (1992 -1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995 - 2002) composta pelo PSDB/PMDB, aparecem as primeiras legislações de cunho mais neoliberal na educação.

⁴ A expressão empregada aqui como “racionalidade neoliberal” refere-se à obra de Foucault, Nascimento da Biopolítica, por mais que considere uma importantíssima obra para o entendimento do neoliberalismo como política econômica-social, o termo racionalidade é polêmico pois em sua obra parece levar ao leitor um entendimento de que há uma disputa de narrativas onde a ideologia é ignorada e torna-se uma disputa de “racionalidades”. Ver em: FOUCAULT, Michel. Nascimento da Biopolítica. Eduardo Brandão. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008

⁵ Laval, 2016, p. 16.

Por mais que a aprovação de Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 96 (Lei 9.394/96), tenha representado no seu período uma luta árdua dos professores no campo progressista para a sua aprovação que contemplasse uma defesa histórica de uma escola gratuita, laica e de qualidade, no seu documento já apontava para um certo alinhamento com as políticas neoliberais. (FREITAS, 2016).

Para Saviani (2007), a conferência organizada pelo UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação) com financiamento participativo do Banco Mundial, que posteriormente tornou-se na obra organizada pelo economista Francês Jacques Delors (1996), *EDUCAÇÃO UM TESOURO A DESCOBRIR Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI* teve impacto decisivo desse documento na aprovação da lei.

Nos governos de centro-esquerda de Luís Inácio Lula da Silva (2003 -2010) e Dilma Rousseff (2011 - 2016) esse movimento não cessou. O documento Todos pela Educação, em 2006 sintetiza, para o autor, a continuidade de uma perspectiva liberal para a educação. (Ibidem).

Todavia, é na conjuntura do golpe de 2016 em que o autor observa um processo de aceleração abrupto deste processo. A conjuntura associada ao golpe significou um avanço ainda maior do campo conservador para a educação pública e a incorporação ainda mais severa do ideário neoliberal, denominada pelo autor como “reforma empresarial”. Para Freitas,

No Brasil, o golpe jurídico-midiático-parlamentar (2016) que acelera a implantação da reforma empresarial, mas ainda não há uma política econômica implantada que possa ser denominada neoliberal, dada a atuação da coalizão petista até 2016, que procurou, bem ou mal, orientar-se pelo desenvolvimentismo. (2016, p, 470).

Freitas observa muito bem que a crise institucional, a partir do segundo governo de Dilma Rousseff, culminando com o golpe jurídico-midiático-parlamentar e a prisão, no mínimo irregular, do ex-presidente Lula inaugura na educação medidas de cunho ultraliberal. Vários autores como Frigotto (2010), Leher (2008), Machado (1993) já observavam este fenômeno nas políticas públicas, todavia é com o governo de Temer, pós conjuntura de golpe conservador em que, como já mencionado acima, estas medidas avançam como verdadeiras plataformas ultraconservadores para a educação.

Outro autor estudioso do fenômeno do neoliberalismo na educação, Laval

(2016) observa o avanço deste fenômeno na França. Como salienta o autor francês, se o Chile significou um laboratório das primeiras políticas neoliberais na economia, o Brasil desde da década 90 é considerado um país que serviu como modelo do que o autor considera como *neoliberalismo escolar*. (LAVAL, 2016, P. 14-15).

O *neoliberalismo escolar*, segundo o autor, nasce correspondente à desestruturação da sociedade industrial fordista e de seu padrão característico de empregabilidade. Sua estrutura baseia-se na padronização de objetivos e controles de aprendizagem, na mutação da gestão escolar pública para um modelo empresarial e por último na formação de professores mais “focados na produtividade. (*productivity centred*)”⁶.

Sua lógica interna baseia-se na melhoria da qualidade da força de trabalho sem um aumento da carga tributária do estado e, se possível, reduzindo os gastos públicos com a educação. Para obter este desafio, o modelo de escola deve ser baseado no modelo de empresa para a sua execução. (ibidem, p. 17)

Segundo o autor francês, a “crise da escola” na França por mais que de forma contraditória, comparada com o Brasil, “parece ser uma ilha de preservação do ensino público”⁷ O autor identifica o projeto neoliberal escolar francês, não somente na “mercantilização” da educação pública, mas na introdução da lógica concorrencial na rede de ensino público, na qual para o autor gera um processo de “privatizações às versas”⁸.

O que ocorre na educação pública, de acordo com Laval (2019), é parte do mesmo fenômeno ocorrido com outros setores estatais. Organismos multilaterais enfatizam o “grande negócio” em que a educação pública pode gerar como receita ao empresariado. Para autor, o fenômeno da “mutação” dos sistemas educacionais ocorre da seguinte forma:

As múltiplas formas dessa incorporação da educação ao capitalismo global fazem desse espaço e dessa atividade uma esfera de grandes esperanças para as empresas. (...) “Bem de investimento”, ela é e será objeto de gastos cada vez maiores da parte das empresas, das famílias dos Estados, tendo em vista um aumento do rendimento futuro. **O mercado é tão atraente que, na OCDE, as despesas com o ensino são tão grandes em volumes quanto às capacidades em por uma indústria de massa como a automobilística.** (LAVAL, 2019, p. 1311).

⁶ Laval, 2016, p. 36

⁷ Laval, 2016, p. 14

⁸ Ibidem, p. 73.

A uma leitura apressada, é contraditório a leitura que *a crise da escola* se manifesta em tons tão eloquentes como os economistas e tecnocratas da educação descrevem a educação como grande negócio, todavia a denominação de crise dirigida por Souza Júnior (2011) se dirige justamente a este aspecto. Os Estados-nacionais são incapazes de preservar a educação sob as suas tutelas ocasionados pela “incorporação” desse serviço pela burguesia.

Para Justino de Sousa (2011; 2014) o que explica este debate sobre esta crise do sistema escolar atual se dá no processo de ruptura de um “pacto” prometido do que veio a se chamar como era de ouro do capitalismo. Esta promessa se dava no sentido de que o indivíduo, através da educação, poderia alcançar uma melhor condição de vida através dos estudos, através de uma escola laica, democrática e universal. Como apresenta Sousa Júnior,

existência de um paralelismo entre ascensão e crise do fordismo-taylorismo e a expansão/crise da escola. Obviamente, tanto o primeiro como o segundo movimento (expansão taylorista-fordista e expansão da escola – crise taylorista-fordista e crise da escola) se encontram no interior de uma dinâmica maior, que é justamente o processo de expansão e crise da acumulação do capital. (2014, p. 38).

Partindo desta tese para explicar os processos acelerados no pós-golpe de 2016, podemos citar: a busca pela aprovação do ensino domiciliar; o movimento *Escola sem partido* pela ultradireita brasileira; a aprovação da reforma do ensino médio e o interesse do congresso em aprovar os vouchers para educação pública são parte de uma profunda crise em que a educação passa.

Mercantilização da educação no contexto da regressiva-destrutiva do capital.

Recentemente o grupo Kroton, conglomerado de faculdades particulares e uma das maiores empresas do ramo educacional do mundo no setor privado, realizou a compra grupo *Somos Educação S.A* (antiga Abril Educação) pela quantia de 4,5 bilhões de reais.

Ao realizar esta aquisição, o grupo Kroton, agora denominado de COGNA Educação S.A, se torna uma das maiores *holding* do mundo no setor educacional e uma das maiores do mundo, tendo a sua atuação em todas as etapas de educação,

primário, anos iniciais e finais e educação superior. (EXAME, 2020).

Segundo relatório de 2022 da empresa, o grupo no mesmo ano atenderá cerca de 2,4 milhões de alunos em todo o Brasil, da educação básica ao ensino superior, com o impacto de cerca de 2,4 milhões de alunos-clientes em suas empresas. Seu faturamento anual, segundo o relatório, chegou no mesmo ano a um impacto de 431 milhões de reais. (COGNA, 2022).

A própria UNESCO, o maior organismo multilateral da educação em relatório produzido na virada do século, declara que o potencial de faturamento com a educação pode ultrapassar os valores de 2 trilhões de dólares⁹, estabelecendo que a educação “é o mais notável negócio do século XXI.” (UNESCO, 2000).

Outro grupo que percebeu este “grande negócio” que se tornou a educação foi o Grupo Lehmann. O grupo é dono de grandes marcas no Brasil como a AMBEV, *Burger King* e Lojas Americanas, com uma estimativa de valor de mercado em mais de 80 bilhões de reais. Em 2017, apostou na educação pública como sendo um “novo grande negócio”. Parafraseando o empresário, dono da empresa e que empresta o seu nome ao grupo, “nosso negócio não é cerveja, nem hambúrguer ou ketchup, é gente.”(LEHMANN, 2021).

Como ressalva, esse trabalho não busca simplesmente denunciar as ideologias do mercado no campo educacional, mas assim como Sousa Jr (2014), “compreender como a escola se coloca dentro da dinâmica do capital mundializado e se articula com as crises estruturais do trabalho assalariado e dos Estados nacionais.”¹⁰.

Reafirmo esta necessidade metodológica e sigo a mesma perspectiva de Sousa Jr (2011; 2014) no sentido de que, o projeto neoliberal para a educação, assim como em outros setores da sociedade humana como a saúde e assistência, se insere em modificar os serviços públicos como mecanismo de restaurar as taxas de lucros de um capitalismo pré-crise de bem-estar social em uma conjuntura de crise regressiva-destrutiva¹¹.

O conceito de “crise da escola” é chave decisiva para o entendimento do processo atual da escola. Na obra publicada em 2014 por Justino de Sousa Junior, *A Crise da escola*, fruto de sua tese de doutorado, o autor tece algumas considerações

⁹ Ver em Relatório internacional da UNESCO, Educação: um mercado de US\$ 2.000 bilhões (UNESCO, 2000).

¹⁰ Sousa Júnior, 2014, p. 259.

¹¹ (ibidem, p. 260).

sobre o processo que ocorre no sistema ensino público brasileiro. Como autor pontua,

Chamamos de crise da escola exatamente o processo histórico que vem pôr em questão esses sistemas nacionais de educação e os valores a eles correspondentes, que se construíram sob os ideais democráticos da instrução obrigatória, pública, gratuita e laica. As amplas e profundas transformações por que passa a sociedade contemporânea, desde a crise capitalista iniciada no final dos anos 1960, início de 1970, passando pela consumação da mundialização econômica, pela ascensão política de setores conservadores em diferentes regiões do globo, constituindo uma poderosa hegemonia conservadora (conhecida como neoliberal), a crise dos regimes relacionistas, a crise do trabalho assalariado, até o desenvolvimento vertiginoso das tecnologias de informação, comunicação, transporte etc., todo esse quadro vem colocar em questão aqueles sistemas e, especialmente, as suas promessas integradoras liberal-democráticas. (SOUZA JR, 2014, p. 43-44).

O autor esclarece o que se caracteriza como *crise da escola*. Para o autor, o modelo de escola, pautada sob o ideal de certo ponto progressista, está passando por um processo de regressão de sua utilidade originária. Paralelo a esta crise de legitimidade, acontece um avanço do campo conservador burguês para a captura de serviços públicos.

Essa mudança se dá frente a uma série de mudanças ocorridas a partir da crise regressiva oriunda da década de 70, que gera a ascensão do modelo neoliberal; a evolução dos setores tecnológicos e a crise do emprego formal que gerou diretamente um aumento do desemprego estrutural e formação de um exército industrial de reserva (EIR) e colocam novos imperativos para a própria práxis do capital. (ibidem).

Não se trata de alcançar as promessas da escola burguesa como a possibilidade de ascensão via estudos; um modelo democrático de gestão escolar; liberdade de cátedra frente às concepções dogmáticas de sociedade; uma escola acessível a todos, fruto de concessão do capital e lutas dos trabalhadores para uma educação que cumpra seu papel histórico emancipatório.

Trata-se, então, de uma ruptura dos próprios ideais liberais da LDB (a escola gratuita, de qualidade, laica e democrática). A *crise da escola* aparece, nesta etapa, como um processo de mercantilização, esvaziamento do caráter científico e para alguns mais reacionários o apagamento das ideias até mesmo iluministas, como por exemplo o projeto orquestrado do *escola sem partido*.

Laval (2019) possui a mesma concepção de crise dos sistemas escolares nacionais. Por mais que o autor não tenha como centralidade a crise do trabalho como centro deste processo de crise, ao analisar as mutações ocorridas no sistema educacional francês o autor descreve o processo em que as redes públicas nacionais

vêm sofrendo da seguinte forma.

Se ainda não chegamos ao ponto de eliminação súbita da forma escolar como tal estamos presenciando uma mutação da instituição escolar que podemos associar a tendências são indissociáveis das que tendem à recomposição em um novo modelo de escola. (LAVAL, 20019, p. 23).

Deve-se ter a noção de que, em sua obra, não há uma perspectiva de fim do processo de escolarização (até certo ponto assegurada, ainda, pelo Estado). A crise da escola é o processo de ruptura de ideais integradores que eram projetados para a educação nacional como sendo um dos mecanismos de redução da pobreza, assim como defendem os economistas burgueses entusiasmados com as teorias de “capital humano” ou de educadores mais progressistas que viam na escola um processo de humanização capaz de atenuar os efeitos excludentes da sociedade capitalistas. Para Justino de Sousa

A crise da escola se comporta como a crise dos “esforços dos Estados nacionais em consolidar as bases materiais e espirituais de unificação política e moral das sociedades contemporâneas”¹². Para o autor, a crise regressiva-destrutiva do capital que pôs um fim nas promessas de capitalismo regulamentado pelo Estado de bem-estar social atingiu os pilares dos sistemas nacionais de educação. (2014, p.25).

É necessário lembrar que, em sua obra, fica estabelecido claramente a posição do Brasil como pertencente à periferia do sistema capitalista e como tal, carrega traços diferentes e muito mais severos do processo de exploração do proletariado, todavia a “crise da escola” se comporta como de certa forma a aniquilarem as promessas liberais sobre o papel da escola em atenuar conflitos de classes, tanto dos países do centro do capitalismo como os da periferia.

Historicizando a obra escrita em 2014, devemos lembrar que a crise de 2008 ainda estava dando seus primeiros sinais no Brasil. Mesmo que de forma artificializada, o fim do governo de Dilma Rousseff de 2014 e início de 2015 manteve certos elementos de proteção do trabalho, recursos financeiros para a educação básica e aumento da escolarização através de programas de formação como o PROUNI (Programa de universidade para todos) e REUNI (Reestruturação e expansão das universidades federais).

O que se observou após o golpe de 2016 e os governos de Michel Temer (2016-2018) e de Jair Bolsonaro (2018 a 2022) é, em certa medida, uma exacerbação da

¹² SOUSA JR, 2014, p. 34.

crise do sistema nacional de educação e de modificações, transvestidas de “modernização” ou “reformas” da educação.

Para Justino de Sousa (2014), a crise da escola é atrelada diretamente à crise do trabalho, podemos prescrutar esta hipótese observando as medidas ocorridas logo a aprovação do impeachment de Dilma Rousseff. A medida provisória 746, que modifica o ensino médio e estabelece uma formação “flexível” de itinerários formativos já na gestão de Michel Temer ao mesmo tempo na aprovação da reforma trabalhistas (Lei 13.467/18) junto com o congelamento de gasto em 20 anos através das propostas de emenda parlamentar 55 mostram a lucidez do texto escrito em 2014.

Com Jair Bolsonaro, um governo conservador com tendências reacionárias, atendendo aos interesses da burguesia (a escolha de Paulo Guedes para compor o ministério da economia serve magistralmente a esse objetivo), os ataques aos sistemas nacionais de ensino não cessaram. Medidas como a expansão de escolas militares, a busca por direcionar recursos públicos aos sistemas S de ensino (escolas SESC/SENAI) do FUNDEB (Fundo de desenvolvimento da educação básica) denotam a crise estrutural da educação brasileira é um fenômeno que se desenvolve através de mudanças políticas de reorganização do Estado. Mudanças estas que busca, principalmente, liberar o peso econômico das atribuições orçamentárias de gastos sociais. Segundo a Instituto de Estudos Nacionais Socioeconômicos - INESC, o valor das despesas autorizadas em 2021 em educação (R\$ 129, 8 bilhões) está no patamar das despesas abaixo dos valores gastos em 2012 com a educação, segundo o mesmo órgão somente entre 2019 e 2022 houve uma redução de 8 bilhões com a educação pública. Para 2023 este panorama é piorado, segundo a estimativa do órgão, em apenas 1 ano é previsto a redução de 6,4 bilhão da pasta. (INESC, 2022).

Feito este breve parêntese, a opinião sobre a *crise da escola* não é restrita aos autores do campo marxista, para alguns intelectuais orgânicos mais próximos das perspectivas burguesas, o processo de crise que a educação está passando é reconhecível. Um destes intelectuais que me refiro é Francesc Pedró, diretor do Instituto Internacional da UNESCO para a Educação Superior na América Latina e no Caribe (UNESCO IESALC) desde 2019. Para Pedró (1993) a crise da escola encontra-se nas transformações políticas e econômicas da década de 70, ou seja, segundo o entendimento do autor, é nas modificações no âmbito do Estado pós-*Welfare States* que se pode compreender a crise da escola. Como discorre o diretor,

[...] vários fatores se juntaram nessa mutação, desde o desejo crescente de descentralização e participação na administração e gestão de sistemas educação, tanto pelas autoridades locais como, em geral, pelos principais membros da comunidade educativa (professores, famílias e alunos), até a mudança paradigmas que regem as concepções de Estado e de governo dos sistemas educacionais (PEDRÓ, 1993, p. 61).

De acordo com o diretor da UNESCO, a escola precisa se modificar para atender às novas realidades de crise regressiva. O desemprego, cada vez mais acentuado, inclusive penetrando países que estavam no centro produtivo do capitalismo, como Estados Unidos e a França, as mudanças tecnológicas, como a teleinformática, que impõem um nova práxis formativa para os jovens (e por conseguinte, o fim da exclusividade da educação formal como principal mecanismo de formação) e, por último, o endividamento dos Estado nacionais faz com que haja uma nova reordenamento das atividades estatais para a educação da classe trabalhadora.

Como veremos, nesta mutação convergiram vários fatores que vão desde os crescentes desejos de descentralização e participação na administração e gestão de sistemas educacional, tanto pelas autoridades locais e, em geral, pelos principais membros da comunidade educacional (professores, famílias e alunos), até a mudança nos paradigmas que regem as concepções do Estado e do governo dos sistemas educacionais (PEDRÓ, 1993, p. 74).

Para Francesc Pedró (1993) a crise da escola atende 2 dimensões, uma de natureza econômica e outra estrutural. De natureza econômica, Pedró advoga a incapacidade do Estado como agente econômico, dada a redução econômica pós-reestruturação neoliberal. Como segundo problema (ainda mais grave que a redução de gastos públicos) é através da adoção de um novo espírito da escola sob o etos da gestão *accountability* que nada mais é que senão a rendição do Estado a um modelo empresarial educacional. (SOUZA, 2014).

Para o diretor da UNESCO, a saída da crise da escola possui 2 caminhos. 1) a retirada ou descentralização do processo educacional nacional e 2) o empréstimo de mecanismos privados de gestão para as escolas públicas. O autor cita o “sucesso” em que alguns países da Europa na adoção destas medidas para o enfrentamento da crise nos anos 80.

Privatização e gerência do setor privado das escolas são o direcionamento que

as escolas devem tomar para a saída da crise. As reformas, neste sentido, devem caminhar para o corte dos gastos públicos e a abertura ao setor da educação aos agentes econômicos. Como observa Sousa Jr sobre as “saídas” de Pedró se dá na:

[...] satisfação das demandas privadas na educação dá-se, antes de mais nada, de uma forma mais geral e indireta, quando se impõe a lógica do mercado[...]. Outra maneira de atendimento dos interesses privados é por meio da interferência direta do setor empresarial controlando e/ou criando organismos de gestão da formação profissional, por meio dos quais se tomam decisões sobre as mudanças, a renovação ou a reforma da formação profissional de acordo com os interesses de adequação com as mudanças. (Sousa Jr, 2014, p. 51).

É pertinente deixar claro que Francesc Pedró (1993) sintetiza muito claramente os anseios da burguesia para a “a nova educação”, tanto que anos depois de publicado o livro citado acima o intelectual é convidado, em 2019, para o cargo como diretor da UNESCO responsável pela educação da América Latina e Caribe.

Laval (2019) observa que esta perspectiva de Pedró (1993) não é uma perspectiva isolada, ela representa um pensamento da burguesia na “inutilidade” da escola pública. Para o autor, as perspectivas dos organismos da classe dominante aparecem da seguinte forma:

A escola passa por uma crise crônica, cujo quadro clínico é regularmente apresentado por uma literatura abundante. Trata-se de uma crise de legitimidade, sem dúvida. Desde as críticas sociológicas e políticas que revelaram a face oculta - seleção social, submissão dos cérebros à ordem estabelecida - até as críticas liberais que atacaram por ineficácia diante do desemprego e da inovação, a escola deixou de ser respaldada pela grande narrativa progressistas da escola republicana, que hoje, suspeita-se, não passa de um mito sem utilidade na cultura de mercado, a emancipação pelo conhecimento - velha herança do Iluminismo - é vista como uma ideia obsoleta. (2019, p.16).

A crise escolar que se estabelece atualmente na França se dá na busca de substituição de uma escola cunhada ainda nas ideias iluministas que carregavam em certos aspectos inspirações democráticas e até mesmo até progressistas por um tipo de escola que atenda quase que exclusivamente aos interesses do mercado. (Ibidem, p.28).

Para Laval, a escola ou “nova escola” (leia-se, escola neoliberal) “é a designação de certo modelo escolar que considera a educação um bem essencialmente privado, cujo valor é acima de tudo econômico.” (2019, p. 17). A crise da escola significa, neste aspecto geral, a perda da capacidade do Estado de transmissão do arcabouço cultural da humanidade para a adaptação individual para a

sociedade de mercado.

Outro ponto observado pelo autor diz respeito ao protagonismo do discurso de crise escolar. Segundo Laval, não é possível a identificação fácil de uma ou várias instâncias responsáveis por este processo. Para o autor,

[...] não é possível identificar facilmente uma ou várias instâncias responsáveis por ela, o processo é difuso, tem múltiplas plataformas nacionais e internacionais cuja ligação não é clara à primeira vista, utiliza em geral vias técnicas e se apresenta com frequência com as melhores intenções 'éticas. As organizações internacionais (Organização Mundial do Comércio - OMC, Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional - FMI, Comissão Europeia) contribuem para essa construção, transformando "constatações, "avaliações" e "comparações" em oportunidades para produzir um discurso global que tira sua força justamente de sua dimensão planetária. (2019, p.19).

De acordo com o autor, a burguesia comporta-se de forma hegemônica para modificar as políticas públicas para seus interesses particulares. O autor estabelece que, nesta fase histórica, diversos organismos multilaterais se unem para tornar a educação para os seus interesses próprios, seja na mercantilização dos serviços públicos, seja nas formações do exército de mão-de-obra seja na sua posição de reserva operária.

Considerações finais

Esse cenário de crise escolar representa um novo momento do processo de acumulação capitalista. A expansão do capital, ou "era de ouro", baseado nas políticas de bem-estar social, consumo de massas e a própria esperança da universalização da escola nos padrões liberais-democráticos dentre deste marco histórico foi suplantada por um crise regressiva-destrutiva da ordem sociometabólica do capital.

Os processos denominados de *neoliberalismo escolar*, como aponta o professor Freitas (2016), nada mais é que a fenomenologia deste processo histórico em que a ordem do capital se encontra. A ausência de um projeto hegemônico da classe trabalhadora faz com que, cada vez mais, a burguesia penetre e invada os espaços público para impor, ainda com mais força, seu ideário conservador.

Fenômeno parecido com a mercantilização da educação pública observado pelo professor Laval (2019) culminou com um amplo processo de privatizações de diversas empresas e serviços públicos, o que ocorre atualmente é uma continuidade

deste processo.

A crise da escola apontada por Justino de Sousa (2014) nunca foi tão atual nesta conjuntura de expansão das forças conservadoras no Brasil, a redução dos gastos públicos que ocasiona diretamente a precarização dos serviços é acompanhada pelo avanço da burguesia neste setor.

A escola, neste sentido, apresenta-se como a sociedade capitalista, em um amplo processo regressivo-destrutivo onde *os limites absolutos* foram alcançados e como tal, a escola apresenta-se em derradeira crise de legitimidade que diretamente é atacada por forças conservadoras como forma de continuar expandir-se e assim sobreviver enquanto classe. A frase de Rosa Luxemburgo “utopia ou barbárie” nunca foi tão significativa para os que lutam por uma educação pública, universal, de qualidade e, sobretudo, que atenda aos interesses da classe trabalhadora.

REFERÊNCIA

ALIAGA, Luciana; AMORIM, Henrique; MARCELINO, Paula. **Marxismo: teoria e política**. São Paulo: Alameda, 2011.

ANDRADE, Rita de. **Teoria do Capital Humano e a qualidade da educação nos estados brasileiros**. Porto Alegre, RS, UFRS. 2010.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial: o Estado em um mundo em transformação**. Washington, DC: Banco Mundial, 1997.

_____. **Novo mundo, novo Grupo Banco Mundial: (I) diretrizes pós-crise 2020**. São Paulo, 2020.

CASTELLS, Manuel. **Fim de milênio**. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt e Roneide Venâncio Majer. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A formação do cidadão produtivo: a cultura de mercado no ensino médio técnico**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

FRIGOTTO, Gaudência *et al.* **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. Coleção estudos culturais em educação.

HOBBSBAWN, E. J. **Revolução Industrial. In: A Era das Revoluções**. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. São Paulo: Boitempo, 2019.

LAVAL, Christian, Dardot, Pierre. **Nova Razão do Mundo: ensaio sobre o neoliberalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

LEHER, Roberto. **Um Novo Senhor da educação?** A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo -Rio de Janeiro: Adufrj–Ssind, 2008.

LUXEMBURGO, Rosa de. **Introdução à economia política**. Tradução de Carlos Leite. São Paulo: Martins Fontes, s/d.

MACHADO, Lucília R. S. Mudanças tecnológicas e a educação da classe trabalhadora. *In: CBE – Conferência Brasileira de Educação*. Trabalho e educação. Campinas: Papirus, 1992.

MÉSZÁROS, Isván. **A educação para além do Capital**. 2.ed. São Paulo. Boitempo. 2008.

_____. **A crise estrutural do capital**. Tradução de Franscisco Cornej. 2. ed. ampl. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Para além do Leviatã: crítica do Estado**. Organização: John Bellamy Foster. Tradução: Nélío Schneider. São Paulo, Boitempo, 2021.

RAVITCH, D. **Vida e morte do grande sistema escolar americano**: como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação. Tradução de Marcelo Duarte. Porto Alegre: Sulina, 2011.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**, Campinas: Autores Associados, 2007.

SOUSA JÚNIOR, Justino de. **A crise da escola**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

_____. **Marx e a crítica da educação**: da expansão liberal-democrática à crise regressiva-destrutiva do capital. Aparecida, SP: Idéias e letras, 2010.

UNESCO: **Educação: um tesouro a descobrir**. [tradução de José Carlos Eufrázio]. 7. ed. rev. São Paulo: Cortez; Brasília, DF : UNESCO, 2012.

_____. **Inclusión y: educación: todos y todas sin excepción**. 2020.